



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA O ESTUDO DAS BASES ONTOLÓGICAS DA "QUESTÃO SOCIAL"

Rafael Arley Gomes da Silva Almeida¹

Resumo: O presente artigo buscará abordar a "questão social", conceito presente nos debates sobre os fundamentos da gênese e da intervenção da profissão do Serviço social. Para tal, apresentaremos alguns dos conceitos de "questão social" presentes nas bibliografias da categoria. Em seguida, resgataremos a tese acerca das *bases ontológicas da "questão social"*, evidenciando-as como lente metodológica, pela qual confiamos representar, de modo mais qualificado, a apreensão dos nexos causais do fenômeno da "questão social".

Palavras-chaves: Questão Social, Serviço Social, Bases Ontológicas.

Abstract: This article seeks to address the "Social Question", a concept present in the debates about the fundamentals of Genesis and the intervention of the profession of social service. To do this, we will present some of the concepts of "social question" present in the bibliographies of the category. Next we will rescue the thesis on the ontological bases of the "social question", evidencing them as a methodological lens, by which we trust to represent, in a more qualified way, the apprehension of the causal links of the phenomenon of the "social question".

Keywords: Social Issue, Social Work, Ontological Bases.

INTRODUÇÃO

Os debates acerca da "questão social" não são novos no universo do Serviço Social brasileiro. Sobretudo, a partir da tendência que afirmou que a emergência sócio-histórica da profissão "(...) como prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada" (Netto, 2011, p.17) está vinculada, diretamente, ao que se nomeou por "questão social". Muito embora haja a valorização e ampla difusão dessa tendência na categoria profissional, seja no ambiente acadêmico, seja no espaço interventivo, não se esgotaram os esforços quanto ao uso e definição do conceito de "questão social" e, sobretudo, na identificação da correlação deste com a categoria profissional.

Estes esforços acompanharam, em certa medida, o estudo do desenvolvimento e da gênese própria da profissão. Pois, ainda que o fenômeno da "questão social" seja distinto da profissão do Serviço Social, não se deve excluir a correlação do segundo com o primeiro. No entanto, a temática ainda carece de paciente cautela, uma vez que não é difícil perceber, sejam nos debates no ambiente profissional ou nas salas de aulas da academia, as dúvidas acerca da apreensão do conceito do fenômeno "questão

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Alagoas. E-mail: <rafa.arley@gmail.com>.

social”. Em nossa opinião, estas confusões configuram-se de dois modos: ora reduzindo a profissão como uma resposta à “questão social”, pura e simplesmente; ora o seu oposto, restringindo o fenômeno às suas expressões no limite da intervenção profissional. A nosso ver, estas confusões estão relacionadas principalmente à insuficiente caracterização dos nexos causais da “questão social”. Percebe-se, por isso, uma dificuldade de conceber que a relação de interdependência da profissão com o fenômeno da “questão social” não se desassocia das relações sociais no modo de produção capitalista, fundamentalmente, em sua fase monopólica.

Dessa forma, o nosso artigo iniciará, primeiramente, abordando a gênese socio-histórica do Serviço Social, como profissão legitimada pelo Estado e que está, desde sua origem, atrelada a uma função social específica, na ordem do capitalismo dos monopólios. Para isto, resgataremos o uso dos conceitos de “questão social”, amplamente difundidos no seio da categoria profissional, sobretudo na formação. Em seguida buscaremos, humildemente, contribuir para o debate a partir do resgate da tese acerca das *bases ontológicas da “questão social”*, defendidas por Edlene Pimentel², como uma lente metodológica, pela qual acreditamos possibilitar, de modo mais qualificado, a apreensão dos nexos causais do fenômeno da “questão social”.

1. Questão Social e Serviço Social: resgate dos conceitos

Antes de partirmos para discussão sobre bases ontológicas e a emergência da “questão social”, gostaríamos de, neste item, resgatar os conceitos de “questão social” presentes em algumas das principais bibliografias do serviço social brasileiro. A inversão é proposital. Pois a nossa proposta é, desde já, evidenciar a merecida relevância que os autores clássicos deram ao termo para, por conseguinte, identificá-lo, como um protagonista, na caracterização da gênese histórico-social da profissão.

O primeiro conceito que trazermos é de utilização bastante presente na literatura do serviço social³; trata-se do desenvolvido pelo autor de Gisálio Cerqueira Filho, no livro “A Questão Social no Brasil: crítica do discurso político”. Cerqueira Filho (1982, p.21) diz que a “questão Social” seria “(...) conjunto de problemas políticos, sociais e

²As teses sobre as “bases ontológicas da “questão social” foram primeiramente apresentadas por Edlene Pimentel, numa palestra proferida na cidade de Tandil – Argentina- por ocasião do I SIMPOSIO SOBRE TEORÍA SOCIAL Y TRABAJO SOCIAL CONTEMPORÁNEO “El pensamiento de Lukács frente a los desafíos del capitalismo tardío” em 2012. Nossa referência neste texto será o artigo publicado nos anais da revista Boletim do Tempo Presente, em 2016.

³José Paulo Netto, em “Capitalismo Monopolista e Serviço social”, faz referência ao conceito de “questão social” desenvolvido por Cerqueira Filho e de Marilda Iamamoto. E parte deles para caracterizar a gênese histórica da profissão.

econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a “questão social” está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho”.

De modo semelhante, Marilda Iamamoto caracteriza que

[...] a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesa, a qual passa exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO, 2014, p. 84).

Nestas conceituações, bastantes similares, ambos os autores destacam que a o surgimento da classe operária fez emergir contradições sociais oriundas do conflito entre o capital e o trabalho. E que essas contradições geram um conjunto de problemas sociais, econômicos e políticos dos quais exigem do Estado uma nova intervenção, dessa vez distinta das práticas caritativas e distintas da ação violenta dos aparelhos de repressão. Em outra passagem, desta vez no texto “A questão social no capitalismo”, Iamamoto define que

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) A questão social expressa, portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnicos raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (IAMAMOTO, 2001: 16-17)

Nesta citação, a autora mantém a tese de que origem da “questão social” é oriunda do conflito entre o capital e o trabalho. No entanto, complementa-a, trazendo à tona o termo “*expressões das desigualdades sociais*” entendidas como pertencentes a uma determinada época do modo de produção capitalista, mais especificamente a sua fase madura, destacando a apropriação privada do produto coletivo do trabalho. Elenca, também, o fato de, agora, mencionar as “expressões da questão social”, das quais se apresentariam como disparidades – econômicas, políticas e culturais – entre as classes sociais, e que estas disparidades seriam mediadas por relações de gênero, étnico-raciais e formações regionais. Estas disparidades, mediadas pelas relações destacadas, colocavam em causa, ou seja, em luta, amplos segmentos da sociedade civil e o Estado.

É importante perceber que novos elementos surgem na caracterização da “questão social” revelada na citação acima. Para Iamamoto, agora, defende-se a identificação da “questão social” a partir da sua expressão fenomênica, que seriam “expressões das

desigualdades sociais” no capitalismo maduro; estas, por sua vez, procedem da contradição entre o capital e o trabalho. No entanto, chama-nos a atenção o dado de que os conflitos provenientes das contradições entre capital e trabalho manifestam disparidades não só econômicas, mas também políticas e culturais. E que estes conflitos entre as classes sociais agora podem ser mediadas por outras relações intraclasses, ou seja, defende-se uma intersecção de conflitos presentes na contradição capital x trabalho, que extrapolam as classes e transcorrem em segmentos de gênero, étnico-raciais e regionais da sociedade civil. Neste sentido, as expressões fenomênicas da “questão social” poderiam ser percebidas através não só das disparidades econômicas entre trabalhadores e burgueses, mas também em disparidades políticas e culturais, que se manifestam em relações no cotidiano do gênero, da raça e das distinções regionais.

A interpretação acima, a nosso ver, incorre numa situação que merece indagação. Ao se inferir que a “questão social” expressa conflitos que não restringem as contradições às disparidades econômicas; que estas, agora, extrapolam ao caráter político e cultural e que, ainda, podem ser vistas, ou mediadas, através de relação de conflitos de gênero, étnicos raciais e regionais, poder-se-ia deduzir que haveria a possibilidade dessas expressões da “questão social”, representadas por conflitos entre segmentos da sociedade civil e Estado, serem resolvidas sem que houvesse a supressão da própria sociedade capitalista?

Sobre as possibilidades de eliminação das expressões da “questão social” nos marcos da sociedade capitalista, Netto (2011) indica que

[...] o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: ***sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante.*** A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (NETTO, 2011, p. 157, grifos nossos)

Ou seja, para Netto, a “questão social” – e suas expressões - é condição *sina qua non* do modo de produção capitalista, não podendo ser eliminada, sem que haja necessariamente a supressão da própria sociedade do capital. Essa afirmação conferida por Netto nos parece fundamental, pois nos indica condição importante na caracterização das expressões da “questão social”: Se uma determinada manifestação ou conflito social, relacionada às expressões das desigualdades sociais, puder ser radicalmente eliminado nos marcos da sociedade capitalista, esta não pode ser caracterizada como expressão da “questão social”. É nesse momento que trazemos ao

texto a emergência histórico-social da profissão do Serviço Social e sua correlação com a “questão social”.

Segundo Netto,

(...) A apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão nem de longe se esgota na referência à “questão Social” tomada abstratamente; está hipotecada ao concreto tratamento desta num momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade dos monopólios, isto é, *as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a “questão social”, mas com sua particularidades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica (...).*” (NETTO, 2011, p. 18, grifos do autor)

Netto revela que a emergência da profissão de Serviço Social não se identifica necessariamente como respostas ao fenômeno da “questão social”. Esta associação só será permitida numa determinada fase do capitalismo, o capitalismo dos monopólios. Ele indica que

Na tradição teórica que vem de Marx, está consensualmente aceite que o capitalismo, no último quartel do século XIX, experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômicas, com incidências necessárias na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais que envolvia. Trata-se do período histórico que ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como estágio imperialista. (NETTO, 2011, p.19)

Mais à frente, sobre as bases que no capitalismo dos monopólios permitem a intervenção estatal, indica que

Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalistas, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômica desde dentro, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções do Estado imbricam-se, organicamente, com suas funções econômicas. (NETTO, 2011, p.25)

Somente na fase monopólica do capitalismo, sobretudo pela necessidade de expansão de capitais através das disputas entre estados nacionais, é que o Estado assumirá sua função na organização e regularização, *contínua e sistemática*, das relações sociais. Apenas no capitalismo monopolista as condições objetivas permitem que a regulação dos conflitos oriundos da contradição capital x trabalho sejam tomados pelo Estado a partir da intervenção distinta da repressão, no fornecimento de respostas às demandas crescentes da classe operária organizada. É nessa conjuntura em que intervenção estatal na “questão social” vai assumir o caráter de política social.

Netto explica que no capitalismo dos monopólios,

pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demanda das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos. E que este processo é todo ele

tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em ao a escala societária. (...) É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo de forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de *políticas sociais*. (...) (NETTO, 2011, p.29 Grifos do autor)

É a partir desse contexto histórico-social que surgirá a necessidade de uma profissão que atue de modo interventivo e engendrada pela necessidade de respostas do Estado às recorrentes reivindicações originárias na “questão social”.

Sobre a emergência da profissão do Serviço Social, Iamamoto afirma que

“(...) o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo de reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade *auxiliar e subsidiária nos exercícios do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora*. Assim, contribui como um dos mecanismos institucionais mobilizados pela burguesia e inserido no aparato burocrático do Estado, das empresas e outras entidades privadas, na criação de bases políticas que legitimem o exercício do poder de classe, contrapondo-se às iniciativas autônomas de organização e representação dos trabalhadores. Intervém, ainda, *na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho*, através da mediação dos serviços sociais, previstos e regulados pela política social do Estado, que constituem o suporte material de uma ação de cunho educativo, exercido por esses agentes profissionais.(...)” IAMAMOTO, 2014, p.101 grifos do autor)

Quando a autora expõe que a profissão de Serviço Social intervém “*na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho*, através da mediação dos serviços sociais, previstos e regulados pela política social do Estado”, ela remete a ação profissional à atuação em relação direta com as respostas estatais à “questão social”. Por esse motivo, é comum na literatura o uso de que a “questão social” seria a matéria prima da profissão de Serviço Social, vejamos:

O assistente social convive cotidianamente com as mais amplas expressões da questão social, matéria prima de seu trabalho. Confronta-se com as manifestações mais dramáticas dos processos da questão social no nível dos indivíduos sociais, seja em sua vida individual ou coletiva (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 154-5).

IAMAMOTO também define as múltiplas expressões da “questão social” como sendo objeto do Serviço Social nos seguintes termos:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] ... a questão social, **cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social**”. (1997, p. 14, grifos nossos)

Percebendo a necessidade de precaução quanto à generalização do termo, Faleiros, acertadamente, alerta para o perigo de restringir à “questão social” ao universo de atuação e intervenção de uma categoria profissional e/ou não se precaver para não incorrer na ideia de não presumir o universo heteróclito de suas expressões :

*“... a expressão questão social é tomada de forma muito genérica, embora seja usada para definir uma particularidade profissional. **Se for entendida como sendo as contradições do processo de acumulação capitalista, seria, por sua vez, contraditório colocá-la como objeto particular de uma profissão determinada**, já que se refere a relações impossíveis de serem tratadas profissionalmente, através de estratégias institucionais/relacionais próprias do próprio desenvolvimento das práticas do Serviço Social. Se forem as manifestações dessas contradições o objeto profissional, é preciso também qualificá-las para não colocar em pauta toda a heterogeneidade de situações que, segundo Netto, caracteriza, justamente, o Serviço Social”. (1997, P. 37):*

Todo este debate exposto, até aqui, revela que a caracterização da “questão social” enquanto conceito requer que se apreenda não somente suas expressões fenomênicas, mas, sobretudo, os nexos causais, desde suas raízes até as manifestações aparentes nas relações sociais. É nesse sentido que resgatamos a discussão acerca das teses sobre as bases ontológicas da “questão social”.

2. As bases ontológicas da questão social

Neste item, exporemos uma abordagem sobre os aspectos que definem as origens da “questão social”, partindo apreensão de suas raízes materiais e humanas, mas também suas consequências à reprodução da classe trabalhadora. Para isso, ilustraremos as teses das bases ontológicas da “questão social”, nas suas três dimensões. Pimentel (2016, p.2) define-as que “1. Suas raízes materiais e seu fundamento teórico, contidos na *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, formam a base objetiva de sua configuração ligada à pobreza; 2. Sua dimensão política, que diz respeito à organização e à luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho; 3. A intervenção do Estado, que depende da fase do desenvolvimento capitalista que este experimenta.”

A dimensão material da “questão social” é entendida dentro do contexto de produção e reprodução de capital, apresentado por Karl Marx na Lei Geral de Acumulação Capitalista – Cap XXIII – , no qual explica como o advento do industrialismo e dos novos mercados gerou uma nova forma de pauperismo, representado pela superpopulação relativa, ou exército Industrial de reserva. Esta base (raiz) material da “questão social” assimila-se, inicialmente, no contexto da sociedade capitalista, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, que possibilitará a criação das grandes indústrias e a ampliação e consolidação dos novos mercados mundiais. Os grandes

investimentos das maquinarias industriais, concentradas nas grandes cidades, transformaram os processos e relações de produção e impuseram aos trabalhadores uma inédita situação, seja dentro da fábrica, nas novas exigências e dinâmicas laborais, seja nas suas possibilidades de organização política. Essa nova conjuntura faz emergir uma situação nova, um novo tipo de pobreza emerge das entranhas da nova sociedade. Segundo Pimentel (2016):

A pobreza resultante do processo de industrialização surge com características bastante diferenciadas do momento anterior ao capitalismo. O fenômeno inquieta pela ameaça que representa a ordem social criada após a Revolução Francesa e a ascensão da burguesia ao poder e pela inexplicável persistência da pobreza, que agora se apresentava com uma nova qualidade em relação ao pauperismo até então conhecido resultante do baixo desenvolvimento das forças produtivas. Diz respeito a uma pauperização da classe operária, ditada pelas necessidades do capital, que se põe historicamente permeada pelas lutas dos trabalhadores e pelas estratégias de dominação das classes dominantes para contê-las. Portanto, o pauperismo se altera e se apresenta naquele momento sob novas formas. (...) (p.01)

A pobreza, antes da constituição do capitalismo maduro, era marcada fundamentalmente pela escassez. As mazelas das sociedades da época pré-capitalista eram frutos de guerras, pestes e/ou fenômenos da natureza. No entanto, com advento das grandes indústrias, no início do sec. XIX, a nova pobreza crescia na proporção em que a sociedade desenvolvia os meios de produção e criava as condições objetivas para produzir cada vez mais bens e serviços. Não era, então, uma pobreza oriunda da escassez, mas num fato inédito, da abundância da produção na sociedade. O Pauperismo, segundo Marx (2013), é onde habita “o sedimento mais baixo da superpopulação relativa”⁴. Ela é formada por três categorias: Os aptos para o trabalho, os órfãos e indigentes e os filhos dos indigentes e, por fim os desgradados, maltrapilhos e incapacitados – viúvas, doentes e aleijados vítimas da indústria.

Para estes, o pauperismo, segundo Karl Marx:

constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição da existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza.(...) quanto maior forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva (...) quanto maior for as massas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial *Essa é a lei geral absoluta da acumulação capitalista*(MARX, 2013, p.719, grifos do autor).

⁴Ver o conceito de superpopulação relativa no item a *Produção Progressiva de uma Superpopulação relativa ou exército industrial de reserva*, no Capítulo 23, do *Capital*, volume I.

A Superpopulação relativa é útil ao capital na medida em que é representada por uma massa excedente de força de trabalho, que está fora do mercado, e que pressiona os trabalhadores empregados, obrigando-lhes a salários mais baixos em condições de trabalho cada vez piores.

A relação do pauperismo – raiz material - com a questão social revela-se na sua dimensão política. Segundo Pimentel e Costa (2002, p.04), considerando a dimensão política como imanente ao conflito de classes no capitalismo, que se manifesta, por sua vez, na desigualdade social, a “questão social” adquire caráter essencialmente político quando se torna uma ameaça à paz necessária à reprodução social nos moldes dos interesses das classes dominantes.

Segundo Pimentel e Costa,

Tal fenômeno tornou-se incômodo para os ideólogos da sociedade em ascensão, tendo em vista que não correspondia aos ideais de igualdade propostos pela revolução burguesa, tornando-se então objeto de preocupação por parte de pensadores das mais variadas tendências. Quando as massas trabalhadoras começaram a reagir às condições de vida geradas pelo pauperismo, organizando-se como classe em torno de interesses comuns, o fenômeno adquiriu conotação política, passando a ser denominado de questão social. Um termo utilizado mais comumente pelo pensamento conservador⁵, que incorporou inúmeras acepções em sua interpretação, mas sempre associado a expressões da precariedade de vida das classes populares e aos riscos que a luta dos trabalhadores contra a exploração representava para a sociedade. (2011, p.170)

A dimensão política se expressa através da manifestação organizada da classe trabalhadora por melhores condições de vida e salário. Ao se depararem com as condições de miserabilidade, os trabalhadores desenvolvem consciência de que é a burguesia a classe privilegiada da exploração de sua força de trabalho. Os reclames dos trabalhadores organizados através de instrumentos de reivindicação coletiva consistem na segunda dimensão da “questão social”. As mazelas sociais só começam a ser reconhecidas como problemas na medida em que começam a incomodar a ordem social. Pimentel (2016, p.6) explica que

Naquele momento, os trabalhadores desenvolvem uma consciência de que à medida que trabalham mais, produzem cada vez mais riqueza para a classe capitalista, e à proporção que a força produtiva do seu trabalho aumenta, sua função como forma de valorização do capital manifesta-se de modo cada vez mais precário para eles; descobrem também que o elevado grau de concorrência entre eles depende totalmente da pressão da superpopulação relativa. Em consequência, organizam-se particularmente através da *Trades's Unions* etc. com vistas a planejar e organizar uma ação conjunta dos empregados com os desempregados, na tentativa de eliminar ou enfraquecer os efeitos daquela lei

⁵ Na obra *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*, Robert Castels (1999, p.317) relata que termo “questão social” aparece pela primeira vez na imprensa francesa, mais precisamente no jornal *La Quotidienne*, no ano de em 1831. O jornal denunciava os governantes da época, alertando para a necessidade de observar a existência de uma “questão social” que, sem resposta efetiva por parte das autoridades, poderia ameaçar a ordem social.

natural da produção capitalista que incide sobre sua classe. Essa forma de solidariedade entre empregados e desempregados incomoda a defesa do capital pela ação livre da lei da oferta e da procura.

Os reclames dos trabalhadores organizados através de sindicatos e partidos políticos consistem na segunda dimensão da questão social. As mazelas sociais só começam a ser reconhecidas como problemas na medida em que começam a incomodar a ordem social. A Dimensão da intervenção estatal configura-se, dessa forma, como as respostas às reivindicações do operariado, com vistas à manutenção da ordem social. Os antecedentes históricos da intervenção estatal estão contidas na proposta da “leis dos pobres”:

“a intervenção do Estado constitui, a nosso ver, a terceira dimensão da questão social articulada à dimensão política porque se trata de uma ação que visa a conter as formas de resistência dos trabalhadores às condições de vida e de trabalho, ao mesmo tempo em que assegura condições para a reprodução do capital (...) Os momentos de Intervenção estatal aos “males sociais”. No período que antecedeu a revolução industrial na Inglaterra, a pobreza existente era amparada pela “Antiga lei dos pobres” (1601) (...). Com a pauperização de amplas camadas da população vítimas do processo de industrialização, houve um aumento da demanda de pobres por esses serviços assistenciais. Esse fato chocou a burguesia de tal maneira que, ao ascender ao poder em 1833, nomeou uma comissão para investigar a administração dos fundos da referida lei. (PIMENTEL, 2016, p.8)

A antiga Lei dos Pobres é substituída em 1834, com a justificativa de que estava gerando uma massa de “indolentes” e “preguiçosos”, prejudicando o desenvolvimento da indústria. É promulgada, neste ano, a “Nova Lei dos Pobres”, porém essa nova lei não corresponde às expectativas dos operários organizados. Na verdade, a nova legislação era inspirada na teoria Malthusiana da população.

Na Obra a Situação da Classe trabalhadora na Inglaterra, ao discorrer sobre a proposta da nova legislação, Frederich Engels (2008) revela que

No geral, esse quadro dos efeitos da antiga lei sobre os pobres é correio; a assistência favorece a preguiça e o aumento da população "supérflua". Nas atuais condições sociais, é claro que o pobre é constrangido a ser egoísta e, se é livre para escolher entre viver de uma maneira ou de outra, prefere viver sem fazer nada. Mas a única conclusão adequada a ser extraída daqui é que as relações sociais vigentes não valem nada; os comissários malthusianos, porém, chegaram a outra conclusão: a pobreza é como um crime, que deve ser tratado à base da intimidação. (...) a beneficência e as associações assistenciais são um contra-senso, uma vez que apenas servem para manter viva a população excedente e estimular seu crescimento que, por outra parte, força para baixo o salário dos trabalhadores ao aumentar a concorrência entre eles; também é insensato que a assistência pública ofereça trabalho aos pobres porque, como só se pode consumir uma determinada quantidade de produtos do trabalho, cada desocupado a quem a assistência pública garante um emprego põe no desemprego um outro até agora ocupado e, por isso também, a indústria privada é prejudicada em relação àquela gerida pela administração da assistência. Em síntese, a questão não está em providenciar a sobrevivência da população excedente: está em limitá-la, de um modo ou de outro, o mais possível (p. 315)

Neste contexto, nova legislação, longe de oferecer condições mínimas de subsistência, tinha por finalidade interromper as ações assistencialistas das instituições comunitárias para obrigar as massas desesperadas por melhores condições de vida a se submeterem ao mercado, enquanto “mão de obra livre”. Dessa forma, esta intervenção, naquele primeiro momento, não garantirá as condições mínimas para reprodução da força de trabalho, não havia ainda políticas sociais lançadas pelo Estado no intuito de garantir o estancamento dos conflitos, condição necessária para a continuidade da ordem social burguesa. Apesar das legislações como a “nova lei dos Pobres” de 1834, no período com as lutas pela redução da jornada de trabalho, a classe operária terá conquistas legais legitimadas pelo Estado. Até aquele momento, a “questão social” era tratada pela via da coerção.

Finalizamos o item apresentando o conceito de gênese da “questão social” elaborado por Pimentel e Costa:

“Em síntese, a questão social, originalmente expressa no empobrecimento do trabalhador, tem suas bases reais na economia capitalista. Politicamente passa a ser reconhecida como problema na medida em que os indivíduos empobrecidos, de forma organizada, oferecem resistência às más condições de existência decorrentes de sua condição de trabalhadores para o capital. No percurso do desenvolvimento do capitalismo atravessado por lutas sociais entre capital e trabalho, constituem-se respostas sociais mediadas ora por determinadas organizações sociais, ora pelo Estado, num processo impulsionado pelo movimento de reprodução do capital” (PIMENTEL E COSTA.2002, p.7)

O conceito apreende a “questão social”, para além de suas manifestações fenomênicas, correlacionando-o com o desenvolvimento histórico e material do modo de produção capitalista. Expressa o fenômeno do pauperismo, atrelado às reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida e, por fim, relata a necessidade da intervenção estatal para o arrefecimento dos reclames e estabelecimento da ordem.

CONCLUSÃO

Em suma, tentamos demonstrar, a partir de um breve estudo acerca das bases ontológicas da “questão social”. Acreditamos que a necessidade de se iniciar resgatando os conceitos de “questão social”, abordados nas literaturas produzidas por autores bem avaliados na categoria profissional, dá-se pela recorrência em que o termo é fruto de debates e honestas dúvidas no seio da categoria, seja na formação, seja na intervenção profissional. Não nos propusemos, porém, a polemizar com os conceitos aqui apresentados. Acreditamos que cada um deles expressa uma validade inestimável para o serviço social brasileiro.

Apresentamos, ainda, a partir do debate da gênese histórico-social da profissão e o local que ela ocupa na divisão social e técnica do trabalho, as passagens presentes nas bibliografias em que elevam a “questão social” ao patamar objeto de trabalho ou intervenção da profissão. Neste quesito, alertamos para o perigo de não se incorrer ao equívoco de generalizar as expressões da “questão social”, afastando-as das bases materiais que as determinam radicalmente na sociedade capitalista, ou reduzi-las ao universo da profissão, como se elas não existissem independentemente da criação de uma categoria profissional. Alertamos ao fato de que, somente com a supressão deste modo de produção, a “questão social” e conseqüentemente as suas expressões poderão ser extintas.

Acreditamos que, ao trazermos à tona as bases ontológicas em torno da caracterização histórica das três dimensões da “questão social”, contribuimos para exposição de uma proposta pela qual julgamos ser possível apreender a gênese histórica da “questão social” de modo qualificado, tendo com centralidade as raízes que sustentam a constituição do conceito. Compreendemos as bases ontológicas não apenas como uma indicação, mas, sobretudo, como uma lente metodológica que possibilita a investigação das mais diversas manifestações da “questão social”, seja na sua origem clássica, seja num outro momento histórico.

Entendendo que o fenômeno pauperismo e a emergência da “questão social” deram-se num determinado contexto histórico, numa determinada época do capitalismo e numa determinada sociedade. Ainda assim, seria possível, metodologicamente, atribuir tendências comuns? A nosso ver, sim. E, neste sentido, lançamos-nos, por fim, ao desafio de num estudo posterior, a partir de mesmo enfoque metodológico das bases ontológicas, apresentarmos um modesto esboço para a aproximação da investigação da gênese da “questão social” do fenômeno na particularidade do capitalismo periférico brasileiro.

Referências

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, XVII (50): 143-71. São Paulo, Cortez, abr. 1996.

CASTELS, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário, Petrópolis –RJ, 2ª Ed. : Vozes, 1999.

CERQUEIRA FILHO, G. A. **A “questão Social” no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilizacao Brasileira, 1982.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1997.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** - São Paulo: Boitempo, 2008.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

_____, M. V. e CARVALHO R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação metodológica.** São Paulo. Cortez, 41ª ed. 2014.

_____, M V. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas.** Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** Livro I: O processo de produção do Capital São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo, -. **Capitalismo monopolista e serviço social** --. 8. ed. - São Paulo, Cortez, 2011.

PIMENTEL, Edlene & COSTA, Gilmaisa M. da. Questão Social: novas formas, velhas raízes. In: **Serviço Social em Debate: Ser Social, Trabalho, Ideologia.** Maceió, EDUFAL, 2011.

_____. Sobre as origens da Questão Social. **Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social / ABEPSS.** ISBN 858925202-7. Juiz de Fora/MG. 2002.

PIMENTEL, Edlene. Bases ontológicas da questão social: Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384 **Boletim do Tempo Presente**, nº 11, 2016, p. 1 – 12. disponível em : seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/458